



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

BRUNA HELENA FARIAS BARRÊTO

**A RELAÇÃO DA COMUNIDADE DE SANTO AMARO COM O
MUSEU DOS HUMILDES E SEU PATRIMÔNIO**

Cachoeira

2010

BRUNA HELENA FARIAS BARRÊTO

**A RELAÇÃO DA COMUNIDADE DE SANTO AMARO COM O
MUSEU DOS HUMILDES E SEU PATRIMÔNIO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^a Ms. Rita de Cássia Salvador Sousa Barbosa

Cachoeira

2010

BRUNA HELENA FARIAS BARRÊTTO

A RELAÇÃO DA COMUNIDADE DE SANTO AMARO COM O MUSEU DOS HUMILDES E SEU PATRIMÔNIO

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovado em ____ de _____ de 2010.

Banca Examinadora

Rita de Cássia Salvador Sousa Barbosa (orientadora)_____

Mestra em História pela Universidade Federal da Bahia

UFBA, Brasil

Archimedes Ribas Amazonas_____

Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia

UFBA, Brasil

Elane Gonçalves Guimarães_____

Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Batista Brasileira

A

Deus, pelo dom da vida.

Aida, minha querida mãe, por ter me dado a vida e me ensinado a lutar pelos meus objetivos.

Alvinéa e Nice, por toda dedicação e paciência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha maior gratidão por essa conquista. Sempre guiando-me, protegendo-me, amparando-me e fortalecendo minha fé para não desistir e fraquejar.

Em especial a minha família, Mãe, Pai, irmãos, tias e tios, minhas primas e primos sempre companheiros, só tenho a agradecer pelo apoio e força ao longo desta jornada.

Para todos os meus amigos, de perto e de longe, por todas as conversas úteis e inúteis, pelas boas risadas, pelas dicas, pelos conselhos (nem sempre seguidos) e pelos pensamentos positivos depositados em mim.

Aos meus grandes companheiros de sala, especialmente Cris, Méia, Carli, Lili, July, Ana Amélia e Andréa pela troca de experiências, lutas e estímulo.

Aos meus amigos de Santo Amaro, Ninho Nascimento, Raimundo Artur, Etelvino, Márcio, Wellington e Zeú pelas ajudas e auxílio na confecção desse trabalho.

A querida Suzane Pêpe por sua paciência e carinho sempre.

A Rita Salvador pela orientação desta monografia.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação, pelo conhecimento e dedicação demonstrados ao longo do curso.

*Só há um meio eficaz
de assegurar a defesa do patrimônio
de arte e de história do país;
é a educação popular.*

Rodrigo Melo Franco de Andrade

BARRÊTTO, Bruna Helena Farias. A relação da comunidade de Santo Amaro com o Museu dos Humildes e seu patrimônio. 2010. Monografia (graduação) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2010.

RESUMO

Este trabalho monográfico apresenta uma reflexão e análise sobre a relação da comunidade de Santo Amaro e a sua identificação com o Museu do Recolhimento dos Humildes e seu patrimônio. Busca-se evidenciar a necessidade da realização de práticas da Educação Patrimonial como fonte instrutora de valorização e preservação dos bens culturais locais, visando à construção da identidade individual e coletiva dentro da comunidade. Para isso, pretende-se esclarecer metodologicamente a Educação Patrimonial e seus conceitos, analisar a relação entre a comunidade santamarense e o Museu do Recolhimento dos Humildes através de entrevistas na comunidade, sugerindo alternativas para a aproximação de ambas.

Palavras-chave: Comunidade, Educação Patrimonial, Patrimônio, Santo Amaro, Museu do Recolhimento dos Humildes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Vista aérea de Santo Amaro 1978.....	10
Figura 2	Lavagem da Purificação.....	13
Figura 3	Presente para Iemanjá – Bembé do Mercado.....	14
Figura 4	Conjunto e Museu dos Humildes e seu entorno.....	17
Figura 5	Fachada lateral esquerda – Entrada do Museu dos Humildes.....	18
Quadro 1	Acervo do MRH.....	19
Figura 6	Imaginária confeccionada pelas Irmãs.....	19
Figura 7	Entrada principal do MRH.....	34
Figura 8	Igreja de Nossa Senhora dos Humildes.....	36
Gráfico 1	Sexo.....	38
Gráfico 2	Faixa etária.....	38
Gráfico 3	Escolaridade.....	39
Gráfico 4	Cidade de origem.....	39
Gráfico 5	Conhece o MRH?.....	42
Gráfico 6	Conhece a história que envolve o MRH?.....	43
Gráfico 7	Sabe o motivo da criação do MRH?.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MRH	Museu do Recolhimento dos Humildes
NSH	Nossa Senhora dos Humildes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	07
2. SANTO AMARO E SEU LEGADO CULTURAL.....	10
2.1 Contexto Histórico do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes.....	15
2.2 Histórico do Museu do Recolhimento dos Humildes.....	18
3. O PATRIMÔNIO COMO BEM DE UMA COMUNIDADE.....	22
3.1 Por que preservar?.....	25
3.2 A comunidade e o Patrimônio Cultural.....	26
4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	28
4.1 A Educação Patrimonial no Museu.....	30
4.2 A Educação Patrimonial na comunidade.....	33
5. O MRH E A COMUNIDADE SANTAMARENSE.....	35
5.1 A análise da relação da comunidade com o MRH e seu patrimônio.....	38
5.1.1 Primeiro bloco: Perfil populacional.....	39
5.1.2 Segundo bloco: Análise da concepção referente à comunidade com o MRH e seu patrimônio.....	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES.....	52

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de se preservar o patrimônio cultural é um processo que não se restringe apenas aos museus e às políticas e ações públicas, deve envolver, principalmente, a comunidade pois a mesma, ao passar a entender a importância e função na salvaguarda do patrimônio, passa a compreender também a sua posição enquanto agente social – cidadão.

Santo Amaro da Purificação, Município do Recôncavo Baiano, é considerada uma das cidades mais tradicionais da região, tanto por sua beleza e rica cultura, como pelo seu destaque no cultivo da cana-de-açúcar e sua forte economia no século XIX. É também conhecida por manter sua identidade cultural representada pelas manifestações populares como o Samba de Roda, a Chula, o Nêgo Fugido, o Maculelê; as tradicionais festas da Lavagem de Nossa Senhora da Purificação e o Bembé do Mercado; além de ser um celeiro de produção científica, intelectual e principalmente artística, terra natal de personalidades como Maria Bethânia, Caetano Veloso, Dr. José Silveira, Zilda Paim e muitos outros.

O município preserva ainda alguns patrimônios edificados que representam a história de uma época muito importante para o desenvolvimento da cidade, a exemplo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, a Casa do Samba e o Recolhimento dos Humildes, transformado em Museu para contar e preservar um passado importante para a comunidade.

O Museu do Recolhimento dos Humildes é um dos patrimônios mais antigos da cidade, importante por sua história, monumentalidade e por seus aspectos sócio-religiosos e culturais que influenciaram as relações sociais da comunidade do Recôncavo, ocorridas nos séculos XIX e XX. Trata-se de um recolhimento feminino destinado a educação e preparação social e religiosa de jovens moças.

O presente trabalho propõe um estudo acerca da relação entre a comunidade santamarense e o Museu do Recolhimento dos Humildes e seu patrimônio, apresentando as questões que envolvem o reconhecimento e a valorização por

parte da comunidade para com este bem, cujo histórico trata de uma importante fase da história local, tendo como base as diretrizes da Educação Patrimonial.

Ao notar a importância histórica e artística do Museu e seu acervo para a comunidade, fez-se necessário buscar entender o que o distancia, e estabelecer relações quanto ao seu entendimento, reconhecimento e valorização. A possibilidade para que a comunidade se aproxime do museu e entenda o seu acervo e toda a história que o cerca, levará à compreensão da importância da preservação e divulgação desse patrimônio. Assim, com o intuito de conscientizar a comunidade local quanto à riqueza e à necessidade de preservação desse bem, viabilizando o entendimento e a preservação do Museu e seu acervo, o presente trabalho busca compreender a relação que distancia ambos e nortear a eficácia de um processo sistemático de Educação Patrimonial com vistas a reverter tal realidade. É válido ressaltar que a motivação maior que leva à construção desta pesquisa, está relacionada com a suposta falta de apreço e reconhecimento da comunidade pela história da instituição e seu acervo.

Este trabalho tem como objetivos: compreender a relação entre a comunidade e o Museu do Recolhimento dos Humildes e seu patrimônio; identificar as opiniões e concepções referentes ao patrimônio cultural e a instituição; entender a importância da instituição para a comunidade; questionar a comunidade quanto à existência e valor da instituição; e por fim, identificar práticas sociais para a aproximação da comunidade com o museu.

Para a concepção deste trabalho foi desenvolvido um levantamento bibliográfico que subsidiaram essa pesquisa versando sobre vários temas como Educação Patrimonial, ação educativa em museus e dados historiográficos pertinentes à trajetória da cidade de Santo Amaro em seu contexto político, social e econômico. Foi realizada uma pesquisa de campo junto à comunidade santamarense, em especial, as mais próximas ao museu. Essas pesquisas tiveram como propósito investigar o conhecimento da comunidade acerca da referida instituição e seu funcionamento; à importância do acervo para eles; abordagem sobre o conhecimento de conceitos como Patrimônio e Museu, que se fizeram possíveis a partir da aplicação de questionários respondendo a essas indagações.

Este trabalho divide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo foi feito um breve histórico da cidade de Santo Amaro, do Recolhimento dos Humildes e do Museu. O segundo capítulo explana o exercício da preservação do patrimônio como mecanismo de assegurar a perpetuação da memória individual e coletiva da sociedade. O terceiro capítulo aborda conceitos da Educação Patrimonial e suas ações relacionadas ao museu e a comunidade do seu entorno. O quarto capítulo apresenta o funcionamento do MRH e os resultados obtidos a partir da análise dos questionários. E, por fim, as considerações finais.

2. SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO E SEU LEGADO CULTURAL

Entre os historiadores que fundamentam a história socioeconômica e cultural de Santo Amaro, destacam-se Zilda Paim, professora do município, nascida em 1919 e que divulga, através de suas obras, a cultura santamarense e o historiador Pedro Tomás Pedreira, que dedicou sua vida, seus estudos e pesquisas sobre a cidade de Santo Amaro. O presente trabalho fundamenta-se nos estudos desses pesquisadores.

O município de Santo Amaro está localizado no Recôncavo da Bahia, a 73 km de Salvador, pela BR-324 e através da BA-420. Abrange os distritos de Acupe, Oliveira dos Campinhos, São Brás e Pedras. (QUEIROZ;SOUZA, 2009, p.93) Sua sede é cortada pelo rios Subaé e Sergimirim. Limita-se com as cidades de Cachoeira, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde e as águas da Baía de Todos os Santos.

FIGURA 1



Vista aérea de Santo Amaro - 1978

Foto: IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia

A povoação de Santo Amaro data da segunda metade do século XVII, e é uma das mais tradicionais cidades da região. Sua fartura advém da fertilidade de suas terras, principalmente na produção da cana-de-açúcar, que deu origem aos grandes engenhos. (PAIM, 2005, p. 27)

No que se refere ao surgimento e povoamento da cidade, Paim (2005, p. 25-28) informa no capítulo *Descrição e Primórdios* que a região era habitada pelos índios Caetés, Pitiguaras e Carijós. O primeiro povoado surgiu às margens do rio Traripe, mais conhecido como Pilar, próximo ao mar, por volta de 1557. Os jesuítas logo fundaram uma capela com a invocação de Nossa Senhora do Rosário, mas a morte trágica de um jesuíta tornou o local amaldiçoado e fez com que os moradores desta localidade, na segunda metade do século XVII, se transferissem para os arredores do Rio Subaé, onde logo depois foi erguida uma nova capela. Santo Amaro foi, nos séculos XVIII e XIX, umas das cidades de maior desenvolvimento econômico do recôncavo devido à produção da cana-de-açúcar. A capela de Senhor Santo Amaro e sua invocação foi que originou o nome da cidade, como também uma das primeiras construções do que se tornaria a área urbana do município.

Como grande produtora de cana-de-açúcar, Santo Amaro teve seu primeiro engenho implantado pelo governador Mem de Sá, o Engenho Real Sergipe do Conde, administrado após sua morte pelo seu genro, o Conde de Linhares. (PEDREIRA, 1977, p. 6) Além do cultivo da cana-de-açúcar, foram cultivados também a mandioca e o fumo, produtos que impulsionaram o desenvolvimento econômico da região, tornando-a importante zona de produção agrícola.

A partir de 1700, o povoado nascido ao redor da Capela de Senhor Santo Amaro, deslocou-se para a Praça de Nossa Senhora da Purificação, onde também estão localizadas a Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia. O município foi instituído com o nome de Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, ambos protetores e padroeiros da cidade. No decorrer de sua história, Santo Amaro se destacou pelos movimentos de emancipação como a Revolução dos Alfaiates, as lutas pela Independência, a Sabinada e a Guerra do Paraguai.

Santo Amaro foi importante para os aspectos políticos e socioeconômicos do país. O município foi palco das guerras pela Independência e carrega até os dias atuais as marcas da política escravagista, resultando num grande legado cultural que atrai um fluxo considerável de turistas para a região. O rico folclore; as tradições; o valioso acervo histórico, artístico e cultural; os recursos naturais como a exploração das

variadas cachoeiras entre elas a do Urubu e a da Vitória; a sua proximidade com a capital baiana; o fácil acesso às praias da região como a de Itapema, Cabuçu e Bom Jesus dos Pobres, dá a Santo Amaro um clima agradável, favorecendo a presença de veranistas que buscam maior tranquilidade em seus passeios. Veia artística, população acolhedora e hospitaleira, freqüência de eventos artísticos e populares, fazem da cidade um local propício para o enriquecimento cultural dos seus visitantes.

Este povoado foi elevado à categoria de Vila em 1727, sob a Lei Provincial de 13 de março de 1837, emancipa-se sob o título de “Leal Cidade de Santo Amaro”, e em 09 de novembro de 1922 recebe o título de “Leal e Benemérita”. (PAIM, 2005, p. 41-42)

Santo Amaro possui um número relevante de monumentos históricos que ajuda a perpetuar a história local, contribuindo para que a população e seus visitantes tenham acesso a essa história, usufruindo de toda sua produção cultural construída ao longo dos anos. O município preserva ainda casarões do século XVIII e XIX e rico patrimônio histórico e cultural tombados tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC), a exemplo a Igreja de Senhor Santo Amaro inaugurada por volta 1667; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, inaugurada em 1700 e a Casa de Câmara e Cadeia construída em meados do século XVIII. Do século XIX, destacam-se a Santa Casa de Misericórdia - edifício hospitalar; a Igreja de Nossa Senhora do Amparo; o Sobrado do Engenho Subaé, que se trata de uma casa-grande de engenho e o Solar Araújo Pinho. Este último serviu para hospedar o Imperador Pedro II em sua visita à cidade sendo, atualmente, restaurado e adaptado no mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e do Ministro da Cultura Gilberto Gil, para abrigar a Casa do Samba do Recôncavo, inaugurada em 25 de novembro de 2007. Também do século XIX o Solar Paraíso, a Casa José Silveira/Fundação NICSA, o Convento de Nossa Senhora dos Humildes e o Museu dos Humildes, tombado pelo IPAC em 1981, que é objeto de estudo nessa monografia.

O século XIX foi para Santo Amaro muito significativo, devido ao seu crescimento econômico, período onde se fizeram presente muitas construções, principalmente,

de casarios e igrejas, decorrentes da produção de cana-de-açúcar, mandioca e fumo.

A cidade também abrange uma diversidade de manifestações culturais muito importantes para a história local e de toda a região do Recôncavo, a exemplo dos festejos comemorativos em homenagem a Padroeira Nossa Senhora da Purificação, uma das festas mais tradicionais da Bahia. O último domingo do mês de janeiro é marcado pelo sincretismo religioso, com a presença de ritos afro-brasileiros durante a festa, onde se misturam o sagrado e profano. Nas escadarias da Matriz, realiza-se a secular Lavagem com a participação de inúmeras baianas em seus trajes típicos, carregando sobre a cabeça vasos de barro, contendo água perfumada, a famosa “água de cheiro”, e ramos de flores, tudo isso é acompanhado por um cortejo de milhares de fiéis. A festividade profana é simultânea a religiosa que se encerra com uma das maiores manifestações de fé cristã: a procissão da Virgem da Purificação, que segue pelas ruas da cidade no dia 2 de fevereiro, atraindo a participação da comunidade local, como também de turistas de diversas partes do país e do mundo.

FIGURA 2



Lavagem da Purificação
<http://www.nublog.com.br>

O Bembé do Mercado, realizado nos dias 11, 12 e 13 de maio, no Mercado Municipal, é outra manifestação cultural muito importante para o município. Paim (1999, p. 91) informa que essa manifestação ocorre desde 1889, iniciada por João Obá, escravo “feiticeiro e *candombleseiro*”. Essa celebração tem por objetivo agradecer aos orixás

a liberdade dos negros escravos, ou seja, a assinatura da Lei Áurea, por isso é comemorada nos dias que antecedem o 13 de maio, culminando nesta data com rituais de celebração, cujo ponto alto é a oferenda para Iemanjá na Praia de Itapema.

FIGURA 3



Presente para Iemanjá – Bembé do Mercado
<http://www.flickr.com/photos/fonseca/3546924203/>

Fruto da miscigenação de diferentes povos e etnias, o Recôncavo Baiano é considerado um dos berços da cultura baiana. Santo Amaro, dentre tantas cidades deste vasto Recôncavo, mantém sua identidade cultural de maneira ímpar ao longo do tempo. A terra santamarense é abençoada e reconhecida mundialmente por ter dado a luz a filhos queridos destacados por sua produção artística, científica e intelectual, dentre eles o cantor e compositor Caetano Veloso, a sua irmã e também cantora Maria Bethânia, o cientista Dr. José Silveira, o artista plástico Emanuel Araújo, o capoeirista Besouro, o músico e compositor Roberto Mendes, o professor Jorge Portugal, o Mons. Gaspar Sadoc, o engenheiro e geógrafo Teodoro Sampaio, a pesquisadora Zilda Paim, a percussionista Edith do Prato e tantos outros que completam este cenário artístico e levam o nome desta terra a muitos lugares do mundo.

Destacam-se também manifestações do patrimônio imaterial representados pela culinária local com pratos como a maniçoba e o sarapatel, a religiosidade, os saberes e costumes que atraem muitos visitantes. Enriquece o quadro de bens culturais desta terra, a Capoeira, a Burrinha, as Caretas de Acupe, o Lindro Amor, o Samba-de-roda, o samba Chula, o Bumba-meu-boi, o Maculelê de mestre Popó e o Nêgo Fugido, teatro de rua representando a luta dos negros contra a escravidão.

Esse legado cultural deixado é tradição do Recôncavo da Bahia deve ser mantido e valorizado pela população como forma de resgatar e afirmar o passado e a história local, assim como oferecer aos visitantes a oportunidade de conhecer uma cultura que mantém referenciais históricos e que está em constante dinâmica.

2.1 Contexto Histórico do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes

O Convento de Nossa Senhora dos Humildes, situado à margem direita do Rio Subaé, é uma instituição designada a prestar educação a meninas órfãs e ao recolhimento de senhoras piedosas afim de que compartilhem orações, devoções e bons ensinamentos cristãos, normalizando as condutas das recolhidas e afastando-as do mundo profano.

O Recolhimento surgiu a partir da construção de uma humilde capelinha para Louvar Nossa Senhora em 1793 pelo Padre santamarense Inácio Teixeira dos Santos Araújo. “A imagem da Virgem dos Humildes foi presenteada ao Padre Inácio pelo então Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação, o Padre Manoel de Souza Freire Requião”. (PEDREIRA, 1977, p. 252)

Por ser uma das primeiras instituições desse caráter na região do Recôncavo, e por se tratar de um estabelecedor de normas de conduta e comportamento, a implantação do recolhimento foi importante para época, pois delineava as posturas socioculturais. Leal ressalta que “a idéia de se formar uma comunidade cristã feminina teve acolhimento na região e em curto espaço de tempo, várias senhoras da mais alta sociedade já faziam parte da mesma”. (LEAL, 1964, p. 36)

A conclusão do Recolhimento se deu em grande parte em 1813, mesmo ano em que o Padre Inácio, Ana Roberta da Cruz - primeira superiora -, e suas companheiras, receberam a licença de D. João VI para o funcionamento do estabelecimento, sob a supervisão do arcebispo da Bahia. Em 1817, o estatuto do Recolhimento é aprovado por D. João VI, recebe-se a liberação para o funcionamento do Colégio e do Recolhimento e a 08 de dezembro deste mesmo ano, o Convento foi inaugurado

abrigando 12 recolhidas, 06 meninas, 09 servas e 02 escravas. (TAVARES, 1980, p. 4)

O Recolhimento seguiu suas atividades sob a assistência de Padre Inácio, que destinou sua humilde vida às obras e atividades do Recolhimento até o seu falecimento.

Como informa Leal:

[...] o Seminário possuía todas as condições de higiene e conforto, eram ministrados o ensino fundamental e doméstico, como: bordados a ouro e seda, cantos, piano, dentre muitas outras atividades. Após a conclusão dos estudos e trabalhos, algumas recolhidas eram retiradas pelos seus pais, para que pudessem casar e constituir suas famílias, outras pelo espírito cristão e de recolhimento, optavam após a aceitação de seus familiares, se aperfeiçoarem nos estudos bíblicos para se tornarem *Educandas*, passavam a trajar hábito azul ferrete, véu azul claro, touca branca e faixa azul claro, as que passavam a pertencer a classe de *Recolhidas*, usavam hábito azul ferrete, touca e véu brancos. Só podiam pertencer a Comunidade religiosa, como irmãs, após os vinte e cinco anos, idade em que eram destinadas suas missões, umas se dedicavam ao magistério, e outras nos segmentos de trabalhos manuais como bordados diversos, flores e pinturas. (LEAL, 1934, p.37)

O Recolhimento sobrevivia dos dotes e da pensão anual das recolhidas, além dos trabalhos artesanais feitos por elas como forma de passar o tempo e aprender técnicas do saber fazer.

Segundo informa Leal “o patrimônio da instituição era constituído de pequenas casas situadas aos arredores do Convento, cuja renda era para o custeio da manutenção da mesma”. (LEAL, 1934, p. 36)

Após a morte do Padre Inácio, dando continuidade à obra do Padre fundador, o arcebispo nomeia frei Bento de Maria Santíssima, que também se dedicou com bastante empenho às atividades do Recolhimento.

Para a melhoria do funcionamento e como forma de dar mais beleza ao edifício, a instituição entra em constantes reformas, alterações sempre para o melhoramento do desempenho das atividades, e para o conforto das recolhidas e dos seus administradores.

Segundo relatos, em 1974, o Convento e a Igreja entram em estado de deterioração e arruinamento, precisando de intervenção imediata para impedir o desabamento total, e o Convento sem suas paredes e sem suas irmãs, que foram transferidas para um prédio erguido pela Ordem na vizinhança para abrigá-las, se via impedido de dar continuidade às suas atividades e, é a partir desse acontecimento que a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia percebe a importância desse bem cultural para a sociedade santamarense e resolve intervir, solicitando sua restauração. Em consequência, no dia 23 de Setembro de 1975, firma-se convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN/PR e a Prefeitura Municipal de Santo Amaro, dentro do Programa de Reconstrução das cidades Históricas do Nordeste, para a Recuperação do Convento de Nossa Senhora dos Humildes. A restauração da Capela e do Recolhimento de NSH abrigaria, após as obras, um Museu de Arte Sacra com riquíssimo acervo para contar a história do mesmo.

Os recursos para a reconstituição do edifício foram liberados pelo Programa das Cidades Históricas que abrangeu obras como a restauração das paredes e das peças artístico-religiosas, além da troca de telhas, a reconstrução de escadas e implantação de uma rede hidráulica e elétrica mais moderna, além da demolição do prédio em concreto que descaracterizava o conjunto da obra. Em 1979 é, então, entregue à comunidade o conjunto dos Humildes. A Fundação do Patrimônio dedica o cuidado em restaurar as casas coloniais do entorno, integrando o conjunto e os casarios circunvizinhos, formando um harmonioso complexo para que a comunidade passe a valorizá-lo e preservá-lo. E, a partir dessa restauração, é organizado no interior da Igreja e do antigo Recolhimento dos Humildes, o Museu de Arte Sacra, inaugurado em 1980.

FIGURA 4



Convento e Museu dos Humildes e seu entorno
Foto: Ninho Nascimento

2.2 Histórico do Museu do Recolhimento dos Humildes

O Museu do Recolhimento dos Humildes foi um projeto da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia juntamente com a Prefeitura Municipal de Santo Amaro, no então governo do Prefeito Genebaldo Correia, que através de um convênio, acordaram a restauração da Capela e Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes para que se instalasse o Museu de Arte Sacra, com riquíssimo acervo de imagens e alfaias.

O MRH foi inaugurado em 15 de junho de 1980, com o intuito de contar a história do Convento de NSH, passando a oferecer à cidade e aos visitantes locais um equipamento cultural, uma opção de atividade turística, além de um instrumento de educação e de reconhecimento da identidade local, pois o acervo é parte da história da cidade de Santo Amaro. As obras de recuperação da Igreja e do Convento foram iniciadas para impedir o arruinamento, preparando-os também para o funcionamento do Museu, onde se encontra exposto o acervo sacro das Irmãs de NSH, como também objetos confeccionados pelas recolhidas. Todo o corpo da igreja, como suas áreas internas, é adaptado para servir de espaço expositivo, dando corpo ao Museu.



FIGURA 5

Segundo Tavares (1980, p. 6), este acervo foi formado a partir dos pertences e dotes trazidos pelas recolhidas, como arcas, baús, jóias além das imagens e alfaias da capela, acrescidos também pelos trabalhos artesanais feito pelas irmãs, entre eles bordados em fios brancos em finíssimas cambraias e fios de ouro de sedas, flores de papel laminado, asas de besouro e fios de cabelo, singularidade do Convento de NSH. O referido abarca cerca de 493 peças, nem todas em exposição e tombadas pelo IPAC:

QUADRO 1 ACERVO DO MRH

COLEÇÃO	QUANTIDADE
Imaginária	102
Prataria	102
Mobiliário	33
Jóias	09
Cristal	48
Pinturas	69
Porcelana	12
Indumentária	76
Fragmentos diversos	42

Compõe a exposição às esculturas de Nossa Senhora dos Anjos, São Miguel Arcanjo e Santa Rita, as redomas com o Menino Jesus e da Divina Pastora, confeccionadas pelas freiras, a imagem da Padroeira Nossa Senhora dos Humildes do início do século XIX e os santos de roca que representam os passos da Paixão de Cristo, obras que se destacam pela sua raridade e beleza.

FIGURA 6



Imaginária confeccionada pelas irmãs
Foto: Guilherme Castro

As dependências da Igreja servem também como espaço expositivo. Os painéis de azulejos do corpo da igreja, especialmente a nave principal e sacristia, constituem as peças artísticas do museu, que conta também com peças de caráter religioso como imaginárias, artigos de prata, mobiliário, jóias, cristais, pinturas, porcelanas, indumentárias e fragmentos. Todo esse acervo foi examinado pelo conservador de obras de arte Orlando Ramos, que se encarregou da documentação das peças com descrição de cada uma e parecer técnico sobre seu estado de conservação. A parte da organização e seleção das peças para exposição ficou por conta da museóloga Marilene Cerqueira Santos, cuja incumbência ficou em dirigir o museu e organizar as atividades por quase 15 anos.

3. O PATRIMÔNIO COMO BEM DE UMA COMUNIDADE

A palavra Patrimônio designa vários significados, sendo o mais comum e utilizado – conjunto de bens possuídos por uma pessoa ou entidade. Inicialmente o termo patrimônio estava ligado à herança de bens de uma família passado de pai para filho, depois o uso passou a designar monumentos históricos protegidos por lei e a eles atribui-se o valor de identidade de uma comunidade. (BARRETTO, 2000; p. 9)

Considerava-se patrimônio cultural, na primeira metade do século XX, apenas as obras monumentais como prédios ou residências de nobres e obras de arte consagradas associadas à elite. Entende-se hoje por patrimônio histórico artístico e cultural as formas variadas de expressão popular constituídas por bens materiais/tangíveis ou bens imateriais/intangíveis. Os bens materiais/tangíveis podem ser divididos entre os bens móveis, que compreendem as esculturas, mobiliário e objetos de uso cotidiano; os bens imóveis, que são os edifícios e monumentos, núcleos históricos e os sítios arqueológicos, e os integrados, são elementos que são agregados aos bens imóveis (por exemplo, os retábulos). Os bens imateriais/intangíveis são representados pelas produções artísticas e culturais de um povo, como as manifestações populares, músicas, danças, o saber e o saber fazer, a culinária e a memória oral.

Como medida para organizar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, o governo federal do Brasil cria, em 1937, um instrumento político para subsidiar a preservação e manutenção dos bens culturais do país - o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. E de acordo com este decreto, no Art. 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico.

Aos poucos, a definição de patrimônio histórico foi ganhando novas abordagens e perspectivas. Os bens foram deixando de ser representados apenas pelas grandes edificações e coleções de arte elitistas, passando a incluir, nesse cenário, todos os tipos de manifestações popular e artística, além de práticas referentes ao modo de

‘saber’ e ‘fazer’, dentre eles: comidas, instrumentos, danças, músicas e festas. Desse modo, ocorreu a mudança da nomenclatura “patrimônio histórico e artístico” para “patrimônio cultural”, devido ao próprio conceito abrangente de cultura, que está relacionado a toda produção humana quanto ao seu modo de pensar, viver, criar e de se expressar numa sociedade. Diante dessa mudança, é atribuído na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, como definição constitucional de patrimônio cultural:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio cultural é um bem, reconhecido e selecionado, para representar o passado histórico e cultural de uma comunidade. A necessidade de preservá-lo torna-se uma obrigação de todos, pois estes bens são de interesse relevante para a construção da identidade e da cultura de um povo. O patrimônio trata-se de uma herança do passado, com o qual se vive hoje e que se deve preservar para que seja passada para as gerações vindouras. A preservação do bem cultural deve envolver primeiramente a comunidade, pois ela ao reconhecer sua importância passa a valorizá-la e tornar-se atuante na sua proteção e defesa junto ao poder público e político.

De acordo com Barretto (2000, p. 9), o conceito de Patrimônio Cultural não é estático, dessa forma, ele vem sendo ampliado na medida em que se revisa o conceito diversificado de cultura.

O patrimônio, em suas diferentes formas, tem sofrido degradações naturais e antropológicas que necessitam de constantes ações de proteção e preservação. O Brasil, no que se refere à proteção de bens culturais edificados, utiliza-se de políticas preservacionistas que impedem a modificação e descaracterização do patrimônio, de modo a resguardá-los e preservá-los. Estas ações de políticas

públicas implicam, na maioria das vezes, no abandono desses prédios. Isto ocorre devido à falta de recursos, para a manutenção e recuperação destes bens, pois muitos deles são de propriedades privadas. Com isso, o patrimônio que deveria ser resguardado para futuras gerações, passa a ser relegado ao tempo esperando iniciativas de programas ou projetos do governo, estadual ou federal, para a sua recuperação e reintegração com a comunidade.

Dentre as medidas públicas de proteção ao patrimônio cultural edificado, a mais comum é o tombamento, que se trata de uma medida legal, feita por autarquias, que tem como finalidade registrar os bens de valor histórico, artístico e cultural para protegê-los, principalmente, da demolição ou modificação do seu aspecto externo e outras descaracterizações. Contudo, o tombamento não se restringe apenas aos bens imóveis, pode ser também aplicado aos bens móveis, a exemplo das obras de arte, ruas, documentos, livros, fotografias, cidades, praças, imaginárias, mobiliários, utensílios, desde que, estes venham ser de interesse e importância para o coletivo, para a preservação da memória e identidade de um povo.

Segundo Lemos:

O tombamento é um atributo que se dá ao bem cultural escolhido e separado dos demais para que, nele, fique assegurada a garantia da perpetuação da memória. Tombar, enquanto for registrar, é também igual a guardar, preservar. (LEMOS, 2006, p. 85)

A efetivação do tombamento ocorre através da ação de registro do bem cultural num dos quatro livros do Tombo, nele registram-se os bens classificados por seu valor ou significado e a eles são aplicados às leis de proteção do patrimônio, ou seja, passam a ser protegidos por uma legislação específica. O tombamento pode ser realizado através das esferas: federal, pelo IPHAN; estadual, tomando como exemplo a Bahia, é realizado pelo IPAC; municipal, sob a responsabilidade da prefeitura do município com leis e decretos específicos; e mundial, efetivado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, cujo bem será reconhecido como Patrimônio da Humanidade.

O tombamento, assim como, tudo o que tange à proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, dispõe de algumas normativas legais, através da legislação

brasileira. Destaca-se o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, primeiro instrumento legal brasileiro sobre o patrimônio, onde prescreve a organização da proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como seu conceito, incluindo, nesse ínterim, as recomendações resultantes dos Encontros “Compromisso de Brasília”, de abril de 1970, - 1º encontro onde discutiu-se as medidas necessárias para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, manifestando também o apoio a política de proteção aos monumentos, a cultura tradicional e a natureza -, o “Compromisso de Salvador”, de outubro de 1971, - 2º encontro dessa natureza, discutiu-se a complementação das medidas de proteção necessárias à defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do país. Esses documentos representam marcos basilares das ações de proteção e defesa do patrimônio entre os Estados e municípios conduzidos pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Quanto ao patrimônio imaterial/intangível, sua política de preservação foi instituída no Brasil, no ano de 2000, a partir do Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, a fim de registrar os bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. O patrimônio imaterial é representado pelas formas de expressão, modos de criar, fazer, viver, agir, além de conhecimentos, técnicas, costumes e lugares que concentrem práticas culturais coletivas. O registro desses bens é feito em quatro livros, organizados como: Livro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Sua inscrição num dos livros, servirá como referência a continuidade histórica do bem e sua importância para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira. A preocupação com a preservação destes bens é para que estes possam ser transmitidos, conhecidos e valorizados por futuras gerações.

3.1 Por que preservar?

O significado da palavra *preservar* é amplo. De acordo com o Novo Dicionário Aurélio (2004, p. 1625), a etimologia da palavra preservar, provém “do latim *praeservare*, ‘observar previamente’; livrar de algum mal; manter livre de corrupção,

perigo ou dano; conservar, defender.” No entanto, preservar não é apenas o ato de guardar algo, mas também cultivar, sem deixar que se perca suas características originais.

O patrimônio deve ser preservado na sua totalidade, no seu conjunto. É uma obrigação de todos preservarem o patrimônio cultural, pois ele é um testemunho da identidade cultural de um lugar. Contudo, é importante salientar que a proteção do bem material tem que ser feita de maneira a atingir todo seu contexto que é traduzido por seu modo de produção, o conhecimento e a técnica utilizada para construção do mesmo, origem do bem, autoria da obra, entre outros aspectos.

Segundo Lemos:

Essa expressão, “como preservar”, pressupõe uma série infinita de atividades e de posturas perante o elenco de bens culturais do nosso patrimônio, implicando, inclusive, atuações interdisciplinares e julgamentos os mais variados. (LEMOS, 2006, p. 65)

Entende-se, portanto que é de suma importância o reconhecimento de todos, na preservação dos bens culturais, decorrente do fato de que a memória coletiva de um povo deve ser compreendida e passada para gerações vindouras, para que se possa entender que o hoje é reflexo do ontem.

3.2 A Comunidade e o Patrimônio Cultural

Pode-se considerar que comunidade é um conjunto de pessoas de um determinado lugar, organizadas sob as mesmas normas e regras, mesmo governo, e que compartilham coletivamente de uma mesma herança histórico-cultural. Em um município, é importante que haja sua participação ativa quanto à preservação dos bens culturais, este é o principal fator para o entendimento, reconhecimento, valorização e perpetuação destes bens para as gerações vindouras. A Constituição Federal, já propunha a colaboração da comunidade como parte efetiva na proteção de seu bem, como define em seu artigo 216, § 1.º:

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância,

tombamento e desapropriação, e de outras formas de acatamento e preservação.

A comunidade e as instituições que cuidam da preservação do patrimônio devem trabalhar em parceria, de modo a atingir um objetivo comum, o de resgatar a memória e identidade local. A necessidade de valorização do Patrimônio Cultural ocorre por conta da relação que se estabelece entre o bem cultural e os cidadãos. Torna-se melhor o relacionamento destes, possibilitando o desenvolvimento da responsabilidade social exercida na valorização e preservação do patrimônio. Dessa forma, é necessário que seja explicitado que os bens culturais necessitam que sejam valorizados e preservados, pois se trata de documentos testemunho da história de um povo. Através desse reconhecimento do patrimônio cultural pela comunidade, como um bem deixado por herança a eles, será possível que as instituições apliquem como fator primordial para a integração de ambas, atividades práticas e ações educativas para que essa aliança se fortaleça e esses cidadãos tornem-se agentes multiplicadores dessa preservação.

No caso de Santo Amaro, é importante que a comunidade desperte quanto à importância da preservação dos seus bens culturais, desde as suas manifestações e festejos populares até os seus bens materiais, pois tratam-se de testemunhos da história, memória e identidade local. Quanto ao MRH, é necessário que a comunidade entenda a importância da instituição para afirmação da memória e passe a exercer com ela a preservação e divulgação do seu patrimônio.

4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A educação patrimonial pode ser entendida como um processo que desenvolve ações práticas para que se possa entender, aproximar, valorizar e divulgar o patrimônio cultural, fazendo com que todos passem a preservá-lo. Conforme Laczynski (2001, p. 2), a partir de meados do século XX, deixou-se de considerar que a conservação do patrimônio era apenas material, sendo necessário se criar, aos poucos, uma proposta de envolver a comunidade ao seu bem, nascendo, dessa forma a educação patrimonial.

A educação patrimonial começou a ser desenvolvida no Brasil no ano de 1983, como aponta Horta:

A proposta metodológica para o desenvolvimento das ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais foi introduzida, em termos conceituais e práticos, a partir do 1º Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, RJ, inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de *Heritage Education*. (HORTA, 1999, p. 5)

Após a realização do 1º Seminário, começaram-se novas discussões e práticas, realizando experiências e atividades em torno do patrimônio, reformulando e adaptando o conceito desta área. Foi a partir dessas discussões que começou a preocupação em fazer com que a população, de um modo geral, passasse a entender que o patrimônio era importante, não apenas para ser contemplado, mas sim, compreendidos pelos indivíduos que são atores deste processo de construção de sua própria história.

Para Horta (1999, p. 5), as diferentes ações desenvolvidas, em diversos contextos e locais do país, nortearam importantes resultados, um deles é a visão mais abrangente do Patrimônio Cultural Brasileiro em seu amplo leque de manifestações tangíveis e intangíveis como principal fonte de conhecimento e aprendizagem a ser explorada na educação em diversos segmentos e instituições sociais, e, principalmente, como meio de conservação da memória de grupos culturais e

fortalecedor do resgate a identidade individual e coletiva para o exercício da cidadania.

A ampliação dos métodos da Educação Patrimonial no país, envolvendo as escolas, os grupos de diferentes idades e classes sociais, as comunidades, levou-nos a uma visão mais abrangente do patrimônio – material e imaterial-, desde o seu conhecimento e valorização até as diferentes formas de preservá-lo. A Educação Patrimonial nesse sentido traduz-se por um processo educativo que gera propostas para a preservação do Patrimônio Cultural, além de ser um veículo capaz de aproximar e integrar a comunidade através de ações dinâmicas e recreativas, envolvendo variados segmentos sociais, níveis de instrução, idade, almejando que estes indivíduos passem a reconhecer, valorizar e compreender a importância do seu bem. A educação patrimonial é então definida por Horta (1999), como:

Processo **permanente e sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. (grifo do autor). (HORTA, 1999, p. 6)

Consideramos que a educação patrimonial é um procedimento que permite que o bem cultural seja entendido e compreendido de uma forma lúdica, prática, de forma contextual e metodológica, aplicável a diversas classes sociais, independente de idade ou instrução. É uma forma mais democrática de educação, em que todos se sintam engajados e inseridos num objetivo comum, preservar aquilo que lhe é seu por direito. Por se tratar de um subsídio que pode levar a sociedade a despertar reflexões quanto ao valor de um bem cultural, Horta (1999, p. 6) considera a educação patrimonial um instrumento de “alfabetização cultural”, que permite ao indivíduo entender o seu passado, sua história e cultura, sua importância e posição enquanto agente social

A Educação Patrimonial, em sua metodologia, pode ser aplicada como objeto de estudo, a qualquer forma de patrimônio, seja ele material, imaterial ou ambiental, em

sítios históricos ou arqueológicos, centros urbanos ou comunidades rurais, manifestações folclóricas ou ritualísticas, saberes populares, ou qualquer outra forma de demonstração resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente, ou seja, seu contexto sociocultural. (HORTA, 1999, p. 6) O interessante na aplicação da metodologia da educação patrimonial, é seu caráter interdisciplinar, que pode ser integrado ao bem cultural, e aplicado em diversas disciplinas e diferentes idades.

Para auxiliar no desempenho da metodologia da educação patrimonial, são necessárias diversas ações referentes ao patrimônio cultural. Grunberg (2007, p. 7) partilha dessa idéia, ao subdividir em quatro etapas, o trabalho de ação educativa a ser desenvolvido. São eles: a Observação, onde é feita a discussão a respeito do patrimônio, levando os indivíduos a observar e pensar sobre o que está sendo visto. O Registro, que está voltado para a demonstração das pessoas sobre o que acharam de mais significativo. Este registro pode ser verbal, ou por meio de desenho ou escrita. A Pesquisa, onde se abrange a discussão sobre o patrimônio, buscando esclarecer dúvidas e sugestões. E a Apropriação, momento em que o grupo expressa, da maneira que for mais conveniente e informal, o significado que ficou para cada um. A aplicação dessas metodologias desperta nas pessoas o interesse em descobrir novos conhecimentos e perceber a importância da existência desses bens para a construção e perpetuação da sua história.

4.1 A Educação Patrimonial no Museu

O Museu é um instrumento que possibilita aproximar o passado do presente, mostrando a história de um povo e sua cultura. Além das suas funções fundamentais de coletar, documentar, pesquisar, conservar e expor, tem por finalidade também educar. Para Suano (1986, p. 29), o museu está relacionado à exposição de coleções de qualquer tipo, ligado a efetivação da educação ou divertimento das pessoas que o visite.

O Museu nasceu na Grécia com a aparição do Templo das Musas, surgindo a partir daí a idéia de que museu é onde se guardam, como no dito popular, “coisas velhas”.

Na Grécia, o Templo das Musas, dedicado a deusa da memória, era uma mistura de templo e instituição de pesquisa filosófica. Através das danças, músicas e narrativas destas musas, os homens eram ajudados a esquecer a ansiedade e a tristeza, onde descansavam a mente e o pensamento criativo e liberto dos problemas, podendo se dedicar às artes e às ciências. (SUANO, 1986, p. 32)

Entende-se, que desde o primeiro conceito dado ao museu, já havia neste uma preocupação com a educação, mesmo que restrito a uma determinada classe. O colecionismo, uma prática elitista, é uma mostra da preocupação em adquirir conhecimentos e educar informalmente, já que a junção dos objetos, de diferentes lugares do mundo, estava relacionada ao anseio de novas aprendizagens. Suano (1986, p. 37), informa que “[...] o sentido de tais coleções era demonstrar “fineza, educação e bom gosto”.

O Renascimento foi uma época importante marcada pela formação das coleções. Os objetos gregos e romanos eram importantes, e de relevante interesse para os colecionadores. Essas grandes coleções, que despertavam o interesse dos príncipes e reis do Renascimento, deram origem ao museu como instituição. Durante o século XVII, esses espaços colecionistas já eram abertos à visitação pública, porém, restritos a uma parte da população, pela falta de capacidade dos mesmos na leitura e escrita. Por falta de educação ou informação do mundo externo e impossibilitados de viajar por falta de recursos, os menos favorecidos eram excluídos destes ambientes por não saberem se comportar. O final do século XVIII torna-se o marco para a abertura definitiva das grandes coleções ao público. Até a metade do século XIX, o museu surge numa mistura de conceitos mal compreendidos, abrangendo desde idéias de contemplação, templo de saber, até as de representante da memória nacional. (SUANO, 1986, p. 40)

A visão de museu voltado para pesquisas científicas surge em meados do século XIX, com a preocupação mais centrada na educação, principalmente acadêmica. As informações divulgadas nestes museus passam a estabelecer um diálogo – indivíduo/objeto – como uma forma de comunicação com o público. Nota-se, que mesmo sem grandes formas de despertar a atenção dos visitantes, já existia,

involuntariamente, nas exposições o exercício de ações educativas. A partir de então, as ações educativas tornaram-se uma dos principais exercícios do museu, tornando-se a forma mais simples e dinâmica para aproximar a instituição e seu público ou comunidade. O museu firma-se como um espaço educativo, onde crianças, jovens e adultos perpetuam suas histórias, memórias e identidade, tornando-se um ambiente capaz de mexer com o imaginário e os sonhos humanos.

De acordo com Roteiros Práticos - Educação em Museus:

Todos os museus oferecem oportunidades para aprendizagem e entretenimento. A educação é uma das funções centrais dos museus. O gerenciamento eficaz das atividades educativas em museus poderá aumentar e aprimorar essas oportunidades. (EDUCAÇÃO EM MUSEUS, 2001, p. 17)

A educação patrimonial nos museus, através das ações educativas, tem como objetivo fazer com que os visitantes, independente da idade, entendam a exposição de forma recreativa e prazerosa. É uma maneira de deixar mais clara a função, importância e significado de um Museu. Para tanto, é interessante e atrativo que o museu não se configure apenas com moldes estáticos, a falta de recursos interativos culmina no afastamento de visitantes assíduos e na exclusão de novos.

As ações educativas são processos dinâmicos, que aproximam o público da instituição com facilidade. Por ser um modo de comunicação mais democrático, torna-se um mecanismo facilitador na construção do cidadão enquanto entendedor da sua cultura, levando-o a entender o sentido da importância, valorização e preservação dos seus bens para a construção da sua identidade. De acordo com Santos (2008, p. 32): “[...] cada vez mais se torna necessária uma ação educativa que tenha como referencial o patrimônio cultural, considerando o seu rico processo de construção e reconstrução.”

Um fator importante no exercício da Educação Patrimonial é o seu caráter interdisciplinar voltado para o patrimônio cultural. Além de toda prática interdisciplinar dentro do museu, esse procedimento pode ser levado aos currículos escolares, o que acarreta a condensação de várias disciplinas do quadro escolar permitindo diversas abordagens diante de um só objeto ou bem cultural, seja ele

material ou imaterial. O cumprimento dessa metodologia na escola tem como finalidade estender o conhecimento extrapolando o muro escolar, levando-os a conhecer a necessidade de se valorizar e conservar o patrimônio histórico/cultural, fornecer informações quanto os objetos e manifestações da cultura popular de modo a despertar o discernimento da preservação da memória para a construção da identidade, individual e de um povo.

A aplicação das atividades interdisciplinares voltadas para a preservação do patrimônio cultural pode ser compreendida como uma experiência concreta, palpável, onde os alunos vivenciam as maneiras de como se preservar, valorizar e entender o patrimônio, através de atividades utilizando fotografias, observações, perguntas e visitas guiadas. Dessa maneira, torna-se fácil atrair o interesse desses jovens em lutar pela defesa e perpetuação do patrimônio, situando-os da importância de que preservar um bem é dar a possibilidade de gerações futuras entenderem que o presente é consequência desse passado preservado, e assim deixá-los perceber que é necessário esse exercício para a formação do ser enquanto agente social.

4.2 A Educação Patrimonial na Comunidade

A educação patrimonial busca traçar uma relação de afeto entre a comunidade e o seu patrimônio. (LACZYNSKI, 2001, p. 2) Utiliza-se dos métodos da Educação Patrimonial como uma ferramenta para a valorização e pertencimento da comunidade para com o seu patrimônio, os seus bens culturais. Tem como intuito, incentivar ações como a preservação e a valorização dos bens culturais, orientando a comunidade para que saiba lidar e conservar o patrimônio cultural seja ele, material ou imaterial.

O envolvimento da comunidade na valorização e preservação do patrimônio é importante para que haja uma postura consciente de seus deveres quanto ao mesmo. A realização dessas práticas só pode ser efetivada a partir do diálogo realizado entre a comunidade, o bem e os diversos segmentos da sociedade,

inclusive a participação política nos recursos públicos. Dessa forma, a Educação Patrimonial, poderá agir também como um instrumento de valoração da cultura local, da memória coletiva, e da construção e definição da identidade, fazendo com que a comunidade torne-se agente ativo nesse exercício. Para Horta, o envolvimento da comunidade com o patrimônio, facilita o entendimento e os aproxima:

O **diálogo** permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a **comunicação** e a **interação** entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a **troca** de conhecimentos e a formação de **parcerias** para a proteção e valorização desses bens. (grifo do autor) (HORTA, 1999, p. 6)

A valorização de um bem cultural deve abranger toda a comunidade, envolvê-la, para que todos passem a compreender seus direitos e deveres em relação ao patrimônio, numa forma de exercer a cidadania e entender qual o papel que desempenhamos na sociedade. Para tanto, a comunidade pode começar dialogando e participando, ao mostrar seus anseios em relação ao patrimônio, selecionando o bem a ser preservado, recorrendo para que as políticas de preservação possam agir em parceria nesse processo. O bem é selecionado para que seja preservado, por representar para uma determinada comunidade uma lembrança de algo vivido, para que não seja esquecido, tornando-se a referência da sua cultura. Portanto, compreende-se que, havendo a relação patrimônio/comunidade, será possível estabelecer a posição de ambos na sociedade, fazendo com que o indivíduo localize-se na sua história e identidade, possibilitando a conservação e a continuidade deste legado.

5. O MRH E A COMUNIDADE SANTAMARENSE

Fundado em 1980, o Museu do Recolhimento dos Humildes é o primeiro museu da cidade de Santo Amaro, é um museu de caráter artístico litúrgico, ou seja, de Arte Sacra. Seu funcionamento é de terças-feiras a sábados, das 09 da manhã às 13 horas. Acervo de coleção fechada, exposição permanente, onde é possível apreciar imagens do século XIX, mobiliário, artesanato das recolhidas, opalinas, jóias entre outros. São 07 salas de exposição, incluindo a antiga sacristia da igreja, onde se encontra a biografia do fundador, Padre Inácio dos Santos Araújo, contendo sua cadeira de descanso e um móvel em madeira do século XVIII. O salão principal é a sala onde ficam imaginárias, jóias, e paramentos, que, atualmente encontra-se desativada por problemas no espaço físico, mais especificamente no telhado.

FIGURA 7



Entrada principal do MRH
Foto: Ninho Nascimento

A instituição é dirigida por Daniel Rangel, diretor geral da DIMUS (Diretoria de Museus) e não há uma gestão ativa de um museólogo. A instituição possui 04 funcionários, subdivididos em: guia de exposição, recepção e apoio (segurança). Em trinta anos de atividades, o museu possui o mesmo circuito expositivo desde a sua inauguração, apesar de possuir uma reserva técnica (em acentuado grau de deterioração) com diversos exemplares, para a troca e montagem de novas

exposições. Não há desenvolvimento de práticas e ações educativas, o que dificulta o impulsionamento da instituição, anulando a visitação da comunidade local, atraindo apenas visitantes de outras partes do Brasil, como do mundo, que vêm em grupos turísticos visitar a cidade de Santo Amaro. Ocorrem por parte da cidade, apenas visitas de escolas privadas e pequena parte das escolas públicas. O museu necessita de público e principalmente investimento tanto no prédio, como em ações educativas, o que é inexistente, para a atração dos mesmos. É oferecida apenas a visita guiada carecendo de material explicativo ou didático como folders ou folhetos para melhor divulgação da instituição.

Segundo os funcionários do museu, em relação à visitação das escolas do município, os estudantes são deslocados até a instituição para conhecer o local, no entanto, não há abordagens sobre o histórico e a relevância da instituição para a cidade nem do seu patrimônio, o que dificulta o entendimento da comunidade em se sentir inserida nesse contexto.

O Convento de Nossa Senhora dos Humildes possui uma escola de mesmo nome, destinada a educar crianças do ensino infantil à 4^o série, gerenciada pela Prefeitura do Município. Perguntado aos funcionários sobre a participação da mesma na instituição, foi respondido que só há visitação organizada pelos professores esporadicamente, nenhum laço mais forte, principalmente de pertencimento com o patrimônio é desenvolvido. Muito menos se evidencia uma prática de Educação patrimonial que desenvolva nesses alunos, bem como, na comunidade local uma sensibilização sobre a importância dos bens culturais regionais, de modo a torná-los agentes de preservação e valorização do Patrimônio cultural regional.

O Museu é mantido pelo IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia), porém, o prédio é de propriedade da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, vinculada a Paróquia de Nossa Senhora da Purificação, o que implica em determinadas atividades litúrgicas no espaço da igreja, contudo, restringem-se apenas às missas e cultos das irmãs, onde é realizado todo o ano a novena em homenagem a Nossa Senhora dos Humildes, de 29 de novembro a 07 de dezembro. Não são realizados mais casamentos ou missas festivas para a comunidade, como

forma de preservação do acervo da igreja como altares, bancos, painéis, já que esses tipos de cerimônias demandam muitas ornamentações, decorações, o que podem danificar ou prejudicar o acervo da mesma. Como alternativa, para manutenção das atividades públicas, foi construída uma capela anexa ao museu onde são celebradas as cerimônias com a comunidade, especialmente as missas de terças-feiras às 19h30min.

FIGURA 8



Igreja de Nossa Senhora dos Humildes
Foto: Ninho Nascimento

O MRH é um exemplo dos museus tradicionais que tem como foco apenas a exibição do seu acervo, de forma sacralizada e contemplativa, não disponibilizando de um processo sistemático de trabalho educacional, centrado nos bens culturais que contribua para os desenvolvimentos institucionais, individuais e coletivos de proteção aos bens que compõem sua identidade cultural. Ao investir em ações educativas, o museu atrai maior número de visitantes, faz-se conhecer pela comunidade, exercendo com ela a preservação e divulgação do seu patrimônio.

Essa tipologia de museu (Arte Sacra), não utiliza exposições interativas, pois é uma tipologia carente deste recurso na exposição, não havendo por parte de dirigentes e órgãos competentes a intenção em promover nesses espaços a interação da comunidade com o acervo. Por se tratar de um monumento e acervo tombados, seus espaços são adaptados respeitando as limitações do prédio e do acervo. A instituição não atende as expectativas da sociedade moderna, que busca o novo, o diferente, o atrativo. Por se tratar de uma exposição permanente sem qualquer

parceria que proporcione mudanças em seu espaço museográfico, a instituição acaba por delinear seu próprio destino inevitável, que é cair em desuso, não despertando interesse tanto por parte da comunidade local, como de visitantes de outros lugares, que ao visitar uma vez, não se interessam em retornar.

Percebe-se que na relação do MRH com sua comunidade de visitantes não há um despertar para conceitos como pertencimento, reconhecimento, identidade, fatores que levam a uma compreensão acerca da responsabilidade social que deve lhes ser conferida como salvaguardas desses patrimônios. Ao se dar conta do patrimônio que a cerca, a comunidade passará a entender como eles se organizam política e economicamente, quais valores constituem sua sociedade e do que ela precisa para estabelecer mudanças significativas que mudem sua realidade. Dessa maneira, iniciativas como: desenvolvimento sustentável, respeito às diversidades, participação direta nas ações comunitárias, passarão a fazer parte naturalmente da sua realidade, subsidiando um desenvolvimento mais amplo para todos.

5.1 A análise da relação da comunidade com o MRH e seu patrimônio

Para o entendimento da relação da comunidade de Santo Amaro com o MRH e seu patrimônio, recorreu-se a uma abordagem que permitisse uma aproximação entre o objeto de estudo – a comunidade e o MRH, no sentido de compreender de que forma estão vinculadas, ou seja, entender a importância da instituição para sua comunidade, de modo que esta comunidade se reconheça nela e sinta-se inserida. A partir de então, buscou-se questionar os moradores da cidade para compreender a relação e entendimento deles referente ao patrimônio histórico cultural da cidade e especificamente o MRH.

Foram realizadas 40 entrevistas junto aos habitantes, baseadas num questionário (vide apêndice A) divididas em dois blocos de perguntas. O primeiro bloco refere-se ao perfil populacional (sexo, idade, grau de escolaridade e origem) com o objetivo de caracterizá-los socialmente. O segundo bloco de questões tem o objetivo de identificar o vínculo de afetividade existente entre a comunidade e o MRH, além de

observar e analisar a influência que esta instituição exerce na comunidade, a importância dada para com seu entorno, como também o conhecimento da população sobre as funções do museu, seu acervo, o patrimônio e a instituição pesquisada.

5.1.1 Primeiro bloco: Perfil populacional

Foi analisado, através de questões objetivas, o perfil das pessoas, buscando conhecer seus dados pessoais referente ao sexo, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 1



No que tange à *faixa etária*, foram observadas a participação de várias idades, conforme ilustra o gráfico abaixo:

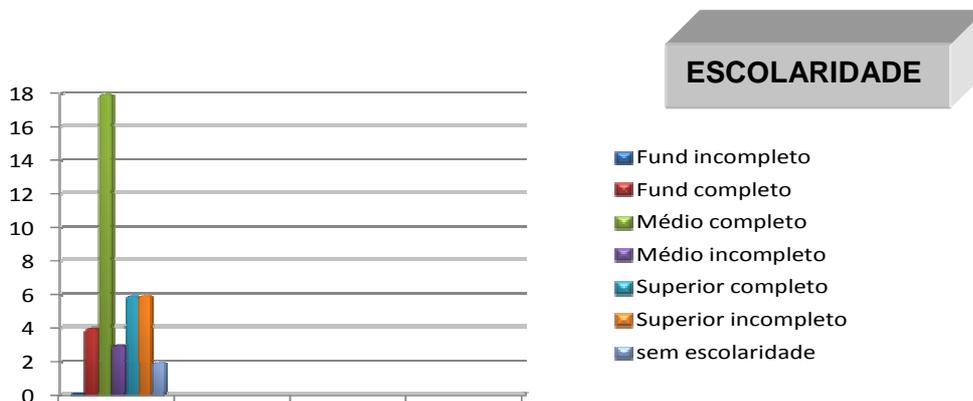
GRÁFICO 2



No quesito *escolaridade*, percebeu-se que uma parcela significativa dos entrevistados tem ou tiveram acesso à escola, apenas 02 (dois) dos entrevistados não possuem grau de escolaridade. Isto reflete o baixo nível de escolaridade da

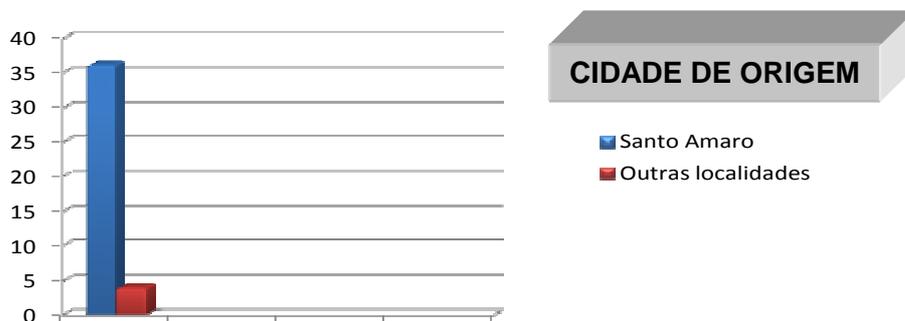
maior parte da população do país, principalmente, nas cidades do interior, na qual poucos têm acesso ao ensino superior. Ver gráfico abaixo:

GRÁFICO 3



Quanto à *cidade de origem*, buscou-se entrevistar pessoas que residem na cidade, no entanto, foram detectadas pessoas de Santo Amaro e de outras localidades, mas, que, por morarem a muitos anos na cidade consideram-se naturais da mesma, conforme gráfico a seguir:

GRÁFICO 4



5.1.2 Segundo bloco: Análise da relação da comunidade com o MRH e seu patrimônio

Neste segundo bloco, foram relacionados a influência dos dados pessoais como a sexualidade, a idade, a escolaridade e a origem, citados nos gráficos (1/4) com a participação, envolvimento, conhecimento e afinidade das mesmas em relação ao MRH, no intuito de perceber a concepção que estes possuem com a instituição.

Quando indagados a respeito do conhecimento sobre Patrimônio Histórico Cultural, na qual foi analisada a compreensão dos entrevistados sobre o tema, 38 (trinta e oito) responderam que possuem conhecimentos prévios, constatando que a população tem conhecimento empírico sobre o tema. Porém, 02 (dois) deles não conseguiram definir ou expressar o que vem a ser Patrimônio Histórico Cultural. Dos que possuem conhecimento sobre o tema, 15 (quinze) conseguiram explicar seu conceito apontando dentre eles: 'monumentos, casarões antigos e igrejas' como sendo patrimônios, 'bem móvel ou imóvel com valor estimável para um povo/sociedade', 'monumentos conservados'. Nota-se que, a dificuldade dos entrevistados em expressar opiniões e definições sobre o tema, é decorrente da falta de diálogo e de abordagens, principalmente, nas escolas, quanto à importância da preservação e conservação do patrimônio como fortalecedora da memória e identidade local. Este tema, na maioria das vezes, é considerado de menor importância, falta planejamento nas escolas que inclua assuntos culturais e históricos, fatores estes, que são primordiais para a construção da identidade cultural e da cidadania.

Relativo ao que consideram Patrimônio na cidade de Santo Amaro, dentre as opções do questionário, houve mais de uma escolha para este quesito, 37 (trinta e sete) consideram as igrejas, 37 (trinta e sete) os casarões antigos, 05 (cinco) o museu, 02 (dois) a culinária regional, 03 (três) as manifestações culturais locais. Foi observado neste quesito o discernimento da comunidade, mesmo não tendo conhecimento específico sobre o tema, em selecionar o bem material e o imaterial, quanto à valorização e reconhecimento como patrimônio da cidade.

No que diz respeito à importância de um museu, onde se buscou entender se a comunidade tem conhecimento sobre a sua existência enquanto instituição, as respostas foram: 'representar a história de alguém importante ou lugar', 'conservar a

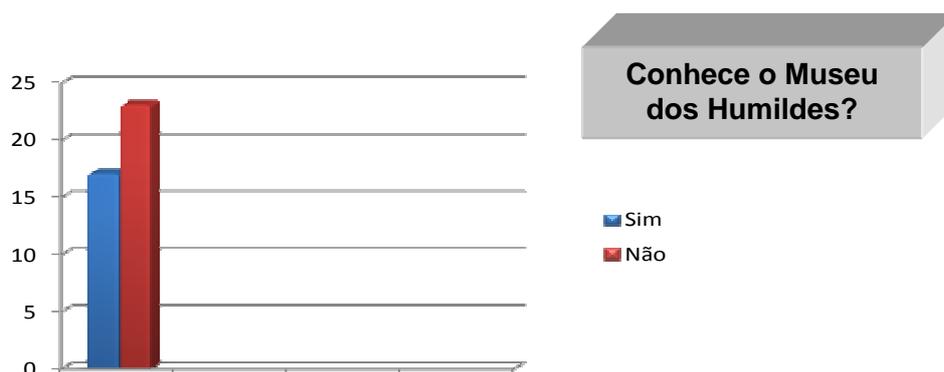
história', 'guardar coisas velhas', 'mostrar objetos antigos', 'conhecer o passado', 'manter viva a história de um período', 'representar histórias antigas', 'fornecer informações passadas, ajudando em pesquisas científicas'. Alguns não deram nenhuma resposta, declarando 'desconhecer o que é um museu'. Foi possível perceber a impressão que as pessoas têm sobre museu, como também a falta de esclarecimento sobre tal conceito. Percebe-se que a dificuldade em expressar conceitos quanto à função e importância de um museu, reflete a falta de diálogo sobre a temática, de ações educativas na comunidade e instituições de caráter museológico que esclareça tais funções.

No que se refere ao conhecimento de algum museu em Santo Amaro, 21 (vinte e um) responderam que sim e 19 (dezenove) que não. Ao questionar exemplos foram citados o 'Museu dos Humildes', o 'Memorial José Silveira', a 'Casa do Samba' e o 'Memorial de Edith do Prato'. Considera-se que a falta de conhecimento de uma parte da população quanto à existência de museus na cidade, deve-se ao fato da pouca, ou quase nenhuma, divulgação dessas instituições. É necessário que se promova atividades que atraiam e integrem a comunidade a estas instituições.

A visita a alguma das instituições de caráter museológico na cidade, foi outra questão abordada, apesar de alguns obterem o conhecimento da existência das mesmas, nunca as visitaram ou 'por falta de tempo', 'falta de oportunidade' ou 'falta de interesse'. Esta constatação reflete a falta de zelo, o desinteresse e a ausência de um sentimento de pertença com os bens culturais da cidade. Estas instituições, aos poucos, são relegadas ao esquecimento, já que a população não as reconhece como importantes para a cultura local.

Questionados sobre o conhecimento da existência do MRH, objeto de estudo da pesquisa, houve surpresa por parte de alguns, revelando 'nunca ter ouvido falar que no convento, assim conhecido popularmente, existisse um museu'. Outros apesar de saberem da existência, confessaram nunca terem visitado o mesmo. Conferir gráfico:

GRÁFICO 5



Ao perguntar o que motivou a visita ao MRH ou de que forma aconteceu, a “escola”, “lazer e diversão” e “curiosidade” foram às alternativas dispostas. Responderam então que 16 (dezesesseis) foram levados pela escola, 02 (dois) por lazer e diversão e 01 (um) por curiosidade. Apesar da falta de diálogo e práticas escolares que abordem a preservação e valorização do patrimônio, uma pequena parcela das escolas, principalmente, as de ordem privada, levam os estudantes ao museu, a fim de mostrar, primeiramente, a beleza e singularidade das obras confeccionadas pelas irmãs e um pouco da história religiosa do município.

A impressão sobre a visita ao MRH foi outro ponto observado pela análise. Dentre as alternativas, a impressão da visita compreendida ficou entre 02 (dois) acharam regular, 12 (doze) excelente e 03 (três) boa. Quanto à impressão negativa não houve resposta. É perceptível que a falta de recursos e ações educativas, atrativas e recreativas no museu, têm tornado a visitação chata e tediosa, culminando no afastamento dos visitantes. Estes ao visitarem uma vez, não divulgam para amigos e familiares, nem retornam a instituição.

Também foi pesquisado sobre a importância que o MRH tem para a cidade, o que as pessoas acharam do acervo visto. Quanto à importância do mesmo, 15 (quinze) responderam que acha importante e 25 (vinte e cinco) que não. Em relação ao acervo as respostas que mais apareceram foram: ‘importante para a história da cidade’, ‘bonito, mas só mostra objetos de igreja’, ‘bonito, mas não mostra a cultura da cidade’. Isto revela a pouca identificação da comunidade como parte integrante do MRH e seu patrimônio.

Quanto à história que envolve o Recolhimento e o MRH, como também sobre o porquê da sua fundação é de desconhecimento de quase a totalidade dos entrevistados. Observar gráficos a seguir:

GRÁFICO 6

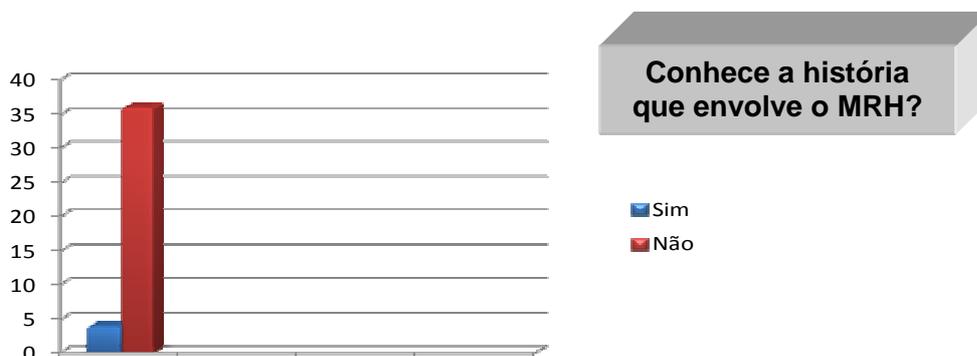
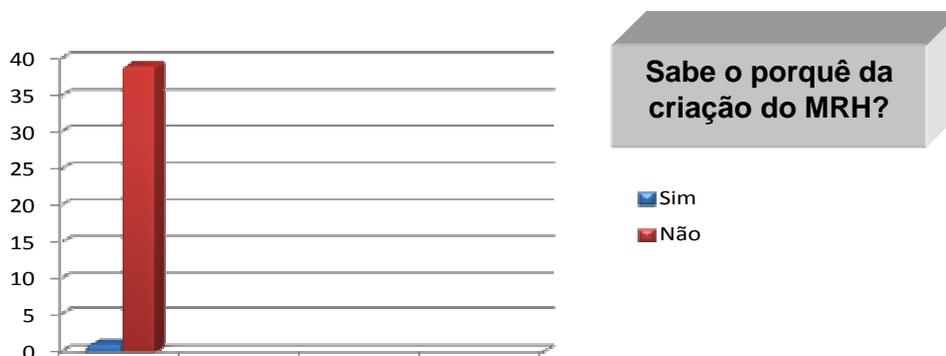


GRÁFICO 7



Foi de interesse da pesquisa, saber se as *peessoas* se sentem representadas ou inseridas no contexto do Museu, e de que modo se sentiriam representadas. A maioria dos entrevistados não soube responder esta questão, por não entenderem a função do MRH para a cidade, 38 (trinta e oito) não se sentem representados, mas não souberam informar de que modo estariam. Apenas 02 (dois) se sentem inseridos apontando que 'por contar um pouco da história da cidade é uma maneira de contar um pouco da história de cada cidadão'. Percebe-se que não há nenhum

vínculo, nem reconhecimento entre o bem e sua comunidade, os indivíduos não se sentem representados nesse patrimônio. Dessa forma não há valorização nem práticas de preservação para com este bem na comunidade, o que acarretará no enfraquecimento da memória e da identidade cultural local.

Perguntado sobre o conhecimento de eventos ou programações no MRH, a resposta geral foi 'não'. Nenhum dos entrevistados tem informação sobre o que acontece no museu, sobre exposições ou qualquer outra prática realizada na instituição. Nesse caso, constata-se a inexistência dessas atividades, pois a mesma não promove nenhuma dessas práticas. Ao questionar quais sugestões a população indicaria para a melhoria do funcionamento do MRH, 25 (vinte e cinco) acham que 'deve haver divulgação', 02 (dois) 'reconhecimento por parte das autoridades públicas' e 13 (treze) não souberem opinar, alegando 'desconhecer o MRH'.

Como a maioria da comunidade de Santo Amaro desconhece o MRH, sua função e importância, é necessário que se crie ações capazes de integrá-lo à comunidade, visando à promoção social regional, através da instrumentalização dos indivíduos que reconhecerão, compreenderão e valorizarão o seu Patrimônio cultural. Acredita-se que a ausência da participação da comunidade no MRH e nas diversas instituições de caráter museológico da cidade são causadas pela falta de motivação da família, de amigos e, principalmente, da escola. Carecem de divulgação e esclarecimento sobre a função da instituição. Ações como estas seriam uma das alternativas para o resgate de uma aproximação e sensibilização da comunidade para garantir a salvaguarda desse bem cultural. Portanto, é necessário que haja políticas e ações educacionais por parte da instituição e da administração do município, voltadas para a divulgação e preservação do patrimônio local, de forma que insira a comunidade neste contexto, especificamente no que tange ao MRH, despertando nestes o anseio de permitir que este bem seja perpetuado para o conhecimento e usufruto de gerações vindouras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização de um patrimônio desconhecido, quase totalmente esquecido e, freqüentemente, não visitado e admirado, é um dos quesitos mais relevantes desse estudo. Com base na realização das entrevistas, foi possível perceber que a comunidade não possui vínculo afetivo com o patrimônio cultural e o MRH da sua cidade, desconhecendo a importância, símbolos e significados. Talvez isso se deva a falta de conhecimento diante o bem quanto a sua função, usufruto, e pela ausência efetiva de ações de preservação. A ausência dessas atividades tem como conseqüências a não valorização do seu legado, a falta de reconhecimento dos indivíduos com o Patrimônio cultural local e, conseqüentemente, a falta de zelo para com esses bens.

Seria interessante para o MRH, enquanto instituição capaz de promover práticas culturais e educacionais, despertar na comunidade a curiosidade de compreender questões relacionadas à existência e importância do prédio, seu acervo, sua função enquanto instituição museal, destacando a sua preservação e finalidade, de modo que os indivíduos compreendessem o valor e sentido do bem cultural para uma sociedade.

De acordo com o que foi visto, percebe-se que o anseio da instituição é transmitir sua história enquanto convento e permitir a apreciação de toda a riqueza do seu acervo produzido e reunido pelas irmãs durante o período do recolhimento ao longo dos séculos XIX e XX. Porém, o mesmo não ocorre, faltam práticas atrativas e educativas que despertem o interesse de um público na apreciação da memória dessa comunidade e sua conseqüente preservação. É relevante, uma tentativa de aproximar a comunidade da instituição para atender aos diferentes tipos de público, fazendo uso de uma linguagem democrática, através de ações descentralizadas, com atividades pontuais que atrairiam diversos setores da sociedade em torno de um único acervo. A metodologia da Educação Patrimonial proposta para tal instituição deve ser entendida como um modo competente de promover à comunidade formas de valorizar, fortalecer vínculos, aproximar, reconhecer,

sensibilizar através de ações práticas e cotidianas, o bem cultural, seja ele, tangível ou intangível, para que possa perceber que este é um testemunho da sua história, portador de informações, que deve ser perpetuado, permitindo às próximas gerações a prática da preservação.

Dentre as diversas alternativas de ações e práticas dispostas pela Educação Patrimonial, citamos como opções para a integração da comunidade e o MRH, a realização de eventos diversos, tanto de cunho cultural, como religioso, a exemplo de quermesses, oficinas de artes, culinária regional, música, costura, exposições temáticas, saraus, leituras e mostras literárias do Recôncavo, a exemplo do cordel¹, manifestações artísticas da região (Nêgo Fugido, Maculelê, Capoeira, Lindro Amor), palestras com escolas públicas e privadas contando a história, importância, função e finalidade do lugar, exibições de vídeos, lançamentos de livros e CDs, todas essas são alternativas que atraem um número maior de visitantes, com a participação de moradores do entorno e da comunidade em geral, incentivando a preservação e a conscientização da importância do mesmo para todos.

¹ Romanceiro popular nordestino constituído de poesia improvisada e de composição literária.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: As possibilidades do planejamento. 4ª Edição. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo)

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. **Preservação do Patrimônio Cultural**: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro. Belo Horizonte: CREA-MG, 2004. 26 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

QUEIROZ, Lúcia Maria de Aquino de; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. **Caminhos do Recôncavo**: proposição de novos roteiros histórico-culturais para o Recôncavo baiano. – Salvador: [S. m], 2009. 304 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª. Edição. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. 282 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**._3. ed._ Curitiba: Positivo, 2004

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaim. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2007. 4. ed., 1ª reimpressão. – (Coleção Turismo Contexto)

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 24 p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial** / Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro. 4ª Edição. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. 68 p.

INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS. Vol. 11. Módulo I – Recôncavo. Convento de Nossa Senhora dos Humildes - Santo Amaro da Purificação – Bahia. Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional; 7ª Coordenação Regional. Salvador: 1994. Disponível em: < <http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/downloads/> > Acesso em: 17 ago 2010.

ITAQUI, José. **Educação Patrimonial. A Experiência da 4ª Colônia.** José Itaquí e María Angélica Villagrán. Santa Maria, Pallotti, 1998.

LACZYNSKI, Patrícia; KLEEB, Suzana. **Idéias para a ação municipal**, Instituto Pólis. São Paulo, 2001. 2 f. Governo e Sociedade, nº180. Disponível em: < http://www.ptpr.org.br/documentos/pt_pag/P%C3%B3lis/Governo%20e%20Sociedade/Nr.%20180%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Patrimonial.pdf>. Acesso em: 20 set 2010.

LEAL, Herundino da Costa. **História de Santo Amaro.** Imprensa Oficial da Bahia, 1964

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico.** 5ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2006. 115 p. (Coleção Primeiro passos; 5.)

MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION. **Educação em Museus**; tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001. – (Série Museologia, 3)

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro.** Zilda Paim; prefácio Aramis Ribeiro Costa. 3. ed. – Salvador: Academia de Letras, 2005. 230 p. (Coleção José Silveira, v. 2)

_____. **Relicário popular.** Prefácio de Hermínio Bello de Carvalho. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Governo do Estado da Bahia, 1999.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Memória Histórico-Geográfica de Santo Amaro.** Brasília, 1977

Recôncavo da Bahia: educação, cultura e sociedade / Organizadores: Luís Flávio R. Godinho, Fábio Josué S. Santos, autores, Maria de Azevedo Brandão [et al.] -. Amargosa, Bahia: Ed. CIAN, 2007. 184p. (Reconvexo;1)

SANTOS, Fausto Henrique. **Metodologia aplicada em museus**. Colaboração Andréa Considera Rabello; apresentação Affonso Romano de Sant'Anna. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Encontros museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. 256p: (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4)

SILVA, Raquek Ribeiro de Souza. **Caminho do Itupava (PR): Educação Patrimonial num sítio histórico em área de reserva natural**. 2008. 63 f. Monografia (Bacharelado em Turismo) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rosana, São Paulo, 2008.

Disponível em: < <http://biblioteca.rosana.unesp.br/upload/Raquel.pdf> > Acesso em: 14 out 2010.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos)

TAVARES, Luís Guilherme. **Revista da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia**. Salvador, maio, 1980.

VIANA, Uhelinton Fonseca. **Patrimônio e Educação: desafios para o processo de ensino-aprendizagem**. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro

de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2009. Disponível em: < http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/%20uhelinton.pdf > Acesso em: 15 nov 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Questionário

Objetivo da entrevista: conhecer as características da relação entre a comunidade e o Patrimônio do Museu dos Humildes.

1) Sexo:

Feminino Masculino

2) Faixa etária:

15 a 25 anos 25 a 40 anos Acima de 60 anos
 40 a 50 anos 50 a 60 anos

3) Grau de Escolaridade:

Ensino Fundamental completo Ensino Médio Incompleto
 Ensino Fundamental incompleto Ensino Médio Completo
 Sem escolaridade Ensino Superior Incompleto
 Ensino Superior Completo

5) Qual é a sua cidade de origem?

Santo Amaro Outros _____

6) Tem conhecimento sobre Patrimônio Histórico/Cultural?

Sim Não

7) O que você considera Patrimônio no município de Santo Amaro?

Prédios e casarões antigos Igrejas
 Culinária regional Manifestações culturais
 Outros _____

8) Qual a importância de um museu?

09) Tem conhecimento de algum museu em Santo Amaro?

Sim Não

10) Já visitou algum deles?

Sim Não

11) Qual gostou mais?

12) Conhece o Museu dos Humildes?

Sim Não

13) O que motivou sua visita e como aconteceu?

Levado pela escola Lazer, diversão Curiosidade

14) Como foi sua visita ao Museu dos Humildes?

Excelente Boa Regular Ruim

15) O que você acha do Museu dos Humildes?

16) Conhece a história que envolve o Recolhimento e o Museu dos Humildes?

Sim Não

17) Sabe o porquê da criação do Museu dos Humildes?

Sim Não

18) O Museu dos Humildes e o seu conjunto é importante para a comunidade?

Sim Não

19) Você como integrante desta comunidade, acha que está inserido no contexto do Museu?

Sim Não

21) Caso se aplique a questão acima: Como você acha que a comunidade estaria inserida?

22) Você tem conhecimento de eventos e programações envolvendo o Museu dos Humildes?

Sim Não

Quais? _____

23) Quais sugestões para melhoria do Museu?
